



Corte europeia julga se advogado pode criticar juiz publicamente

A Corte Europeia de Direitos Humanos começou a julgar nesta quarta-feira (21/5) um caso intrincado que envolve um advogado e quatro juízes. O defensor — que foi condenado por acusar publicamente dois julgadores de acobertar as causas da morte de um colega — reclama que um dos juízes que assinou sua condenação não foi imparcial. O julgamento ainda não tem data prevista para acabar.

O tribunal vai decidir duas questões importantes. Uma delas é se a liberdade de expressão garante que um advogado critique publicamente juízes, decisões judiciais e o Judiciário como um todo ou se há um limite nessa liberdade. A segunda questão a ser definida é se, ao declarar explicitamente sua simpatia por um colega, o juiz se torna suspeito para julgar qualquer um caso em que o elogiado esteja envolvido.

A história que chegou à corte europeia começou em outubro de 1995, na França, quando o corpo do juiz Bernard Borrel foi encontrado abandonado, parcialmente queimado. Uma investigação concluiu que ele tinha se suicidado em algum ritual de automutilação. A viúva, Elisabeth Borrel, não se conformou com a versão e pediu a abertura de nova investigação para apurar suspeita de assassinato premeditado. Elisabeth contratou o advogado Olivier Morice para acompanhar o caso.

Dois juízes foram escalados para comandar as investigações. Em 2000, no entanto, a Corte de Apelação de Paris tirou os dois do inquérito e colocou outro julgador no lugar. Para o advogado Morice, o motivo de os julgadores terem sido retirados da investigação foi a parcialidade deles. Morice acusou ambos de terem deixado de registrar provas no inquérito.

Na imprensa

As críticas de Morice foram publicadas no jornal francês *Le Monde*. Uma reportagem de setembro de 2000 afirmou que o advogado foi até o ministro da Justiça acusar os dois juízes de conduta parcial e injusta. A partir dessa reportagem, os julgadores resolveram processar Morice por difamação e saíram vitoriosos.

Todas as instâncias da Justiça francesa consideraram que Morice tinha se excedido e difamado não só os julgadores, mas o sistema. Quem bateu o martelo foi a Corte de Cassação da França e é justamente contra essa decisão que o advogado reclama.

Segundo ele, um dos juízes que participou do julgamento já tinha declarado publicamente sua simpatia por um dos dois julgadores acusados por Morice. Para o advogado, mesmo que essa declaração tenha sido feita em outra ocasião que não o processo contra ele, a imparcialidade do juiz ficou prejudicada e ele deveria ter sido afastado do julgamento.

Em julho de 2013, uma das câmaras da corte europeia deu razão a Morice. O tribunal considerou que o tal juiz era suspeito e sua participação no julgamento tornou a decisão injusta. Sobre o direito de o advogado criticar juízes e Judiciário publicamente, no entanto, a câmara discordou de Morice. O colega entendeu que a liberdade de expressão tem limites e, ao acusar todo o sistema de imparcialidade, o advogado ultrapassou esse limite.

Morice apelou dessa decisão para a câmara principal de julgamentos da Corte Europeia de Direitos



Humanos, que é quem vai dar a última palavra na discussão. No tribunal, quem responde pela postura do Judiciário francês é o governo da França. Caso a corte entenda que foi cometida alguma injustiça, o país pode ser condenado a pagar indenização. Nesta quarta-feira (21/5), os envolvidos se reúnem na sede do tribunal, em Estrasburgo, para as audiências iniciais. Depois, a corte vai se reunir de portas fechadas e, em uma data ainda não definida, anunciar sua decisão.

Date Created

21/05/2014